

A Evolução das Rendas e Atividades Rurais Não-Agrícolas no Brasil*

*José Graziano da Silva***

*Mauro Eduardo Del Grossi****

RESUMO

No passado um contingente significativo de trabalhadores se deslocou do campo e pequenas cidades em direção aos grandes centros urbanos. Mas nos anos 90, esse movimento não somente se reduziu, como também se observou uma verdadeira “urbanização” do campo através de um forte crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro durante os anos 80 e 90, especialmente nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do País. As famílias rurais exclusivamente agrícolas continuam a ter as menores rendas per capita em comparação as pluriativas e não-agrícolas; e pode-se comprovar uma tendência significativa de redução do seu número no período 1992/99 em todas as regiões do país.

Palavras chaves: Atividades rurais não-agrícolas; emprego rural; relações urbano-rurais.

ABSTRACT

In the past a significant contingent of workers moved of the field and small cities in direction to the great urban centers. But in the nineties, that movement not only he/she was reduced, as well as a true "urbanization" of the field was observed through a fort growth of the no-agricultural activities in the Brazilian rural way during the years 80 and 90, especially in the areas Center-west and Southeast of the Country. The rural families exclusively agricultural they continue to have the smallest per capita incomes in comparison with the pluriactive and no-agricultural; and it can be proven a significant tendency of reduction of your number in the period 1992/99 in all the areas of the country.

Key words: No-agricultural rural activities; I use rural; urban-rural relationships.

* Esse texto é parte de uma pesquisa mais ampla denominada Projeto Rurbano que conta com o apoio da FAPESP e do PRONEX/CNPq-FINEP.

** Professor Titular do Instituto de Economia da UNICAMP e bolsista do CNPq. Instituto de Economia – UNICAMP. CEP 13083-970, Campinas – SP. E-mail: graziano@eco.unicamp.br

*** Pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR e professor da Faculdade do Norte Pioneiro – FANORPI. IAPAR: Caixa postal 481, CEP 86.001-970, Londrina – PR. E-mail: delgross@pr.gov.br

Introdução

Até recentemente assumia-se que o emprego rural e o agrícola estavam em declínio. Chegou-se até mesmo a postular que quanto menor a população rural, mais desenvolvido seria a região. Os países da OCDE, depois de assistirem impassíveis durante décadas o esvaziamento de seus campos e a brutal concentração de sua população em grandes metrópoles, em meados dos anos 80 passaram a desenhar políticas específicas para evitar o que se convencionou chamar de “desertificação” de seus territórios. No caso dos países latino-americanos, entretanto, o êxodo rural e o esvaziamento das pequenas e médias cidades foram aceitas como uma trajetória “inexorável”.

Mas Anderson e Leiserson (1980), em trabalho pioneiro, alertaram que, as atividades não-agrícolas vinham se expandindo muito rapidamente em regiões agrícolas da África, Ásia e da própria América Latina em resposta ao desenvolvimento agrícola e deveriam merecer uma atenção especial no desenho das estratégias de desenvolvimento rural e também urbano. Segundo os dados apresentados para 15 países em desenvolvimento (entre os quais o Brasil) o emprego não-agrícola situava-se entre 20 e 30% do emprego rural já em 1970, proporção essa que poderia subir para 30 a 40% se incluíssemos as vilas e pequenos povoados como parte das áreas rurais. Esses percentuais, segundo os autores citados, deveriam ser considerados como mínimos uma vez que a classificação de agrícola/não-agrícola dizia respeito apenas à ocupação principal das pessoas num determinado período de tempo (geralmente a semana da pesquisa) e muitas vezes o emprego rural não-agrícola é a ocupação secundária de pequenos agricultores e das mulheres que vivem nas zonas rurais desses países.

Também Klein (1992) chamou atenção que na América Latina o emprego rural agrícola havia decrescido a 0,8%^a a. na década dos 70 enquanto o emprego rural não-agrícola (**ERNA**¹) estava crescendo a 3,4 %^a a., taxa maior que o crescimento médio da PEA total. E observou que em 12 dos 18 países para os quais dispunha de informações censitárias, o emprego rural não-agrícola vinha

¹ Estamos utilizando a denominação de empregos rurais não-agrícolas (ERNA) por ser uma terminologia consagrada na literatura internacional. Seria mais correto no caso brasileiro referirmos às ocupações rurais não-agrícolas (ORNA), uma vez que grande parte delas são atividades exercidas também por trabalhadores por conta própria e até mesmo por pequenos empregadores e não apenas por empregados rurais.

aumentando mais rapidamente que o emprego total, como era o caso do Brasil; e que em 8 dos países aumentava mais inclusive que a PEA urbana (Klein, 1992: 2).

Utilizando-se de dados censitários agregados para o Brasil similares ao utilizados por Klein (1992), Graziano da Silva (1996) chamou a atenção para o fato de que nos anos 60 e 70 um contingente expressivo de trabalhadores rurais havia se deslocado dos campos para a periferia das cidades, urbanizando assim grande parte da força de trabalho agrícola que antes residia nas fazendas. E que nos anos 80, ao contrário, não só esse fluxo havia sido substancialmente reduzido, como estava ocorrendo uma verdadeira a “urbanização do campo brasileiro” através do crescimento de ocupações não-agrícolas no meio rural, em especial nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do país. Em 1990, por exemplo, de cada 5 pessoas residentes nas áreas rurais da região de agricultura mais desenvolvidas do país que é o estado de São Paulo, apenas duas estavam ocupadas em atividades agropecuárias. As outras três tinham um emprego em atividades não-agrícolas, principalmente na indústria de transformação (agroindústrias), prestação de serviços pessoais, construção civil, comércio e prestação de serviços sociais, embora continuassem a residir no meio rural.

O objetivo principal desse *paper* é verificar se as tendências apontadas anteriormente de crescimento do ERNA e queda do emprego agrícola continuaram (ou mesmo se aceleraram) nos anos 90; e o quais fatores os vem impulsionado no caso brasileiro. Para isso apresentaremos na seção 1 uma breve resumo dos dados disponíveis sobre a evolução da População Ocupada na agricultura e não-agrícola, rural e urbana; e nas seções 2 e 3 apresentaremos uma análise das conseqüências dessas ocupações sobre as ocupações e nas rendas das famílias rurais brasileiras. Na última seção apresentaremos algumas conclusões para o caso brasileiro.

A População Economicamente Ativa Rural

O Brasil realizou seu último Censo Demográfico em 1991, e depois faz uma recontagem populacional em 1996, enumerando as pessoas segundo sexo, idade e local de residência. Com base nesse universo, o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) vem realizando anualmente uma Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios (PNAD) ², que se constitui na única fonte de dados atualizada com cobertura das principais regiões urbanas e rurais do país³.

Infelizmente uma série de mudanças impossibilita a comparação direta dos dados publicados das PNADs de 1992 a 1999 com as anteriores⁴. Mas a partir dos microdados é possível reconstruir a série de 1992 em diante, utilizando os mesmos⁵ critério dos anos 80, excluindo-se aquelas pessoas que se dedicam exclusivamente à produção para autoconsumo, ou à construção para o próprio uso, bem como os trabalhadores não remunerados que trabalham menos de 15 horas semanais (Graziano da Silva e Del Grossi, 1997).

Nesse trabalho nós sempre utilizaremos essa série reconstituída a partir dos microdados que denominaremos de PEA “restrita” conforme os conceitos dos anos 80, para compatibilizar com os dados publicados das PNADs de 1992 a 99, aos quais designamos de PEA “ampliada”⁶.

² É uma pesquisa domiciliar de caráter amostral realizada nos anos intercensitários, mas que não cobre a população rural estados da região Norte do país, com exceção do Tocantins (TO). Apesar dessas e outras limitações, as PNADs vem adquirindo importância cada vez maior entre os pesquisadores brasileiros por se tratar de uma das poucas fontes de dados de nível nacional que tem se mantido razoavelmente atualizada. Ver a respeito, Graziano da Silva e Del Grossi, 1997.

³ Sempre que nos referirmos aos dados agregados para o Brasil estamos na verdade excluindo a população rural dos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Amapá e Pará, pertencentes à região Norte.

⁴ Por exemplo, na nova classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação que passou a ser adotada a partir de 1992 definiram-se duas outras categorias decorrentes da ampliação do conceito de trabalho (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), e isolou-se uma categoria específica, que recebeu a denominação de trabalhadores domésticos, “para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado”. Além da inclusão das duas novas categorias citadas, o IBGE passou a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos e mais que realizaram algum trabalho não remunerado durante pelo menos 1 hora na semana de referência (ou seja, 8 minutos e 34 segundos por dia), no lugar das 15 horas anteriormente exigidas (Fundação IBGE, 1995).

⁵ As novas PNADs pesquisaram dois períodos de referência: o ano e a semana anterior à data do levantamento. Em 1997, por exemplo, existiam 14,6 milhões de pessoas que declararam ter na agricultura sua atividade principal durante o ano, número esse que se reduz para 13,4 milhões de pessoas quando se considera a última semana de setembro. Ou seja, há quase um milhão e cem mil pessoas no país como um todo que declararam a atividade agrícola como ocupação principal nos 365 dias anteriores à data da entrevista (outubro de 94 a setembro de 1997), e na semana de referência estavam ocupadas em atividades não-agrícolas, ou simplesmente não estavam ocupadas.

⁶ Del Grossi (1999) mostrou que a diferença entre as duas série – que ele designou de “expansão conceitual” – era formada basicamente de aposentados, jovens em idade escolar, e de mulheres envolvidas nas suas tarefas domésticas, como cuidados com hortas domésticas e pequenos animais. Utilizando os dados publicados (PEA expandida) nós detectamos que quase 21% da população economicamente ativa na agricultura em 1997 se dedicava exclusivamente a agricultura de subsistência; a maioria era constituída de pessoas não remuneradas (34%) ou trabalhadores conta-própria (30%). Os empregados agrícolas constituíam apenas 33% da população economicamente ativa engajada na agricultura em 1997.

Antes de tudo é preciso dizer que a População Ocupada na agricultura⁷ varia muito conforme o período de referência que se considere para definição da atividade principal da pessoa entrevistada, dada a grande variação sazonal das atividades agropecuárias. Como na definição usual da PEA adotada pelo IBGE toma-se como critério sempre a última semana de setembro, esse será também o período de referência adotado neste trabalho, ainda que se reconheça que isso subestima o número de pessoas que consideram a atividade agrícola como ocupação principal durante o ano.

A tabela 1 mostra a evolução da população brasileira de 10 anos ou mais nos períodos 1981/92⁸ e 1992/99⁹. Merece destaque a reversão na tendência de redução da população rural com 10 anos ou mais observada nos anos 80, quando decaiu a uma taxa de -0,2 %^a a. Como se pode ver pelos dados apresentados, no período 1992/99 a população rural de 10 anos ou mais passa a crescer a uma taxa de 0,9%^a a., embora inferior ao crescimento da população total, mas altamente significativa, o que é uma novidade nas estatísticas demográficas do país.

Tabela 1 - População com 10 anos ou mais de idade, segundo a situação de domicílio, condição de ocupação e ramo de atividade, Brasil, 1981/1999. (milhão de pessoas)

	Milhão de Pessoas			Taxa anual (% ^a a.)	
	1.981	1.992	1.999	81-92 ^a	92-99 ^b
Pop. Total com 10 anos e +	88,9	113,3	130,1	2,2 ***	2,0 ***
Pop. Urbana com 10 anos e +	64,7	89,5	104,7	3,0 ***	2,3 ***
Pop. Rural com 10 anos e +	24,2	23,8	25,4	-0,2 *	0,9 ***
“PEA restrita” Rural ^c	13,9	15,0	15,4	0,7 ***	-0,0
Ocupados	13,8	14,7	14,9	0,6 ***	-0,2
Agrícola	10,7	11,2	10,2	0,4 ***	-1,7 ***
Não-agrícola	3,1	3,5	4,6	1,2 ***	3,7 ***
Desempregados	0,3	0,3	0,6	7,6 ***	10,8 ***
Não-Economicamente Ativos	10,3	8,8	10,0	-1,4 ***	2,2 ***
Aposentados ou pensionistas	1,2	1,5	2,2	1,9 ***	5,7 ***
Outros inativos	9,1	7,3	7,7	-2,0 ***	1,4 ***

a) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

b) estimativa da taxa geométrica de crescimento pelo coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

c) PEA restrita: População economicamente ativa de acordo com o conceito de trabalho vigente nos anos 80.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, março 2001

⁷ Agrícola nesse texto é relativo ao sentido genérico da palavra, e corresponde ao conjunto das atividades agrícolas, pecuárias, silvícolas e pesca.

⁸ Consiste na comparação entre os anos de 1981 e 1992, após a adequação dos conceitos de trabalho, conforme demonstrado por Del Grossi (1999).

⁹ Consiste na estimativa da taxa geométrica de crescimento entre os anos de 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999, conforme as recomendações de Hoffmann (2000).

O interessante é que essa mudança de rumo ocorre concomitantemente a uma mudança de tendência da População rural dedicada à agricultura, que vinha crescendo lentamente nos anos 80 e passa a diminuir rapidamente com uma elevada taxa de $-1,7\% \text{ a.}$ refletindo um crescimento da mecanização dos cultivos e da colheita de grãos, especialmente nas regiões de expansão da fronteira agrícola. Esse avanço tecnológico em nossa agricultura tem gerado uma tendência de desemprego estrutural desde os anos 70 (Graziano da Silva, 1994 e Balsadi, 1996).

É importante salientar que o mesmo fenômeno tem ocorrido entre os residentes urbanos que se dedicam às atividades agrícolas, que também teve seu contingente reduzido expressivamente nas últimas décadas (Laurenti e Del Grossi, 2000).

O que segurou gente no campo brasileiro não foram as atividades agropecuárias “strictu sensu”, mas sim as ocupações não-agrícolas: cerca de um milhão e meio de pessoas residentes em áreas rurais encontraram em ocupações diversas das atividades agrícolas, novos postos de trabalho entre 1981 e 1999 no país.

Ocorre também um crescimento das pessoas não ocupadas que estavam procurando emprego na semana da pesquisa ($+10,8\%$) e dos inativos ($+2,2\% \text{ a.}$), em particular dos aposentados e pensionistas ($+ 5,7\% \text{ a.}$). O crescimento dessas duas categorias - desempregados e aposentados residentes no campo (ver Gráfico 1) é um dos mais importantes indicadores de que o meio rural brasileiro já se converteu também num lugar de residência dissociado do local de trabalho. Até recentemente nas décadas de 60 e 70, com o avanço tecnológico na agricultura não havia outra alternativa ao trabalhador rural ou aos membros da agricultura familiar a migração para os centros urbanos. Nas décadas mais recentes esse quadro migratório tem se transformado, ou seja, os espaços rurais não são mais apenas espaços privatizados¹⁰ e local de trabalho; e as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupadas em atividades agrícolas.

Convém ressaltar que o fato de medirmos o emprego a partir do local de residência pode levar a superestimar a capacidade de geração de empregos não-agrícola no meio rural, no caso dos declarantes exercerem suas atividades no

¹⁰ No sentido de estar vinculada à propriedade privada das terras.

espaço urbano, como já alertado anteriormente por Anderson e Leiserson (1980). Mas isso deve ser entendido na nossa opinião também como uma “nova função” do rural: a de propiciar residência para um importante contingente de pessoas que trabalham em áreas urbanas. E isso vale tanto para o segmento das classes urbanas de altas rendas que busca melhores condições de vida e lazer (condomínios fechados, casas de campo, chácaras de fim de semana, etc.), como para aquelas famílias de baixa renda que procuram para realizar seu sonho da casa própria através da autoconstrução, tendo em vista que o meio rural brasileiro tem uma legislação habitacional menos restritiva que o urbano.

Para entendermos o que impulsiona o crescimento do ERNA no país é fundamental analisar quais são os principais ramos, setores de atividades¹¹ e principais tipos de ocupações que o constituem. A tabela 2 mostra em termos agregados para o Brasil, que o ramo de prestação de serviços é o que mais se sobressai, com 30% do ERNA, o que significa quase 1,3 milhão de pessoas ocupadas em todo o país em 1999; e dentro desse ramo, o setor mais importante é o emprego doméstico, com cerca de 700 mil pessoas ocupadas. Segue-se em ordem de importância os ramos da indústria de transformação (19% do ERNA), que ocupava 809 mil pessoas, aparecendo os setores da indústria de alimentos e da indústria de transformação como os mais importantes. Seguem-se após os ramos do comércio de mercadorias (principalmente os ramos do pequeno comércio de alimentos e os vendedores ambulantes), os serviços sociais¹² e a construção civil com 580 a 630 mil pessoas cada, ou seja, de 11 a 13% do ERNA.

Considerando-se a composição do ERNA pelas diferentes regiões do país, os serviços pessoais - em particular o emprego doméstico - continua sendo de longe o ramo de atividade mais importante. A principal diferença aparece no conjunto das atividades ligadas aos diferentes ramos industriais, em particular às agroindústrias, que só se mantêm como o segundo ramo de atividade do ERNA nas regiões SUL e no estado de São Paulo. Nas demais regiões (Nordeste e Centro-Oeste) destacam-se os ramos da Construção Civil e das atividades ligadas ao Comércio (Graziano da Silva e Del Grossi, 2001).

¹¹ O setor agrupa diferentes ocupações de um determinado ramo de atividade, como por exemplo, o caixa e o gerente de um banco, que são então classificados como “serviços financeiros”.

¹² Cerca de 70% das pessoas ocupadas nesse item exerciam atividades em estabelecimentos de ensino público e outras 8% em serviços de saúde pública. O restante distribui-se em serviços assistenciais, organizações esportivas, clínicas e estabelecimentos de ensino privado.

Tabela 2: População ocupada em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais. PEA Restrita, Brasil, 1992-99.

ÁREA CENSITÁRIA RAMOS DE ATIVIDADES	1999 (1.000 Pessoas)	1992/99 % ^a a
RAMOS NÃO-AGRÍCOLAS	4.620	3,7 ***
Indústria de Transformação	809	0,4
Indústria da Construção	631	8,2 **
Outras Atividades Industriais	115	0,6
Comércio de Mercadorias	579	4,1 ***
Prestação de Serviços	1.277	3,9 ***
Serviços Auxiliares	122	13,6 ***
Transporte ou Comunicação	199	5,8 ***
Serviços Sociais	588	2,5 ***
Administração Pública	239	3,7 **
Outras Atividades	61	7,7 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

É preciso chamar a atenção também para o peso do setor público na geração de ocupações não-agrícolas, especialmente no Nordeste, onde os estabelecimentos de ensino público aparecem isoladamente como o setor mais importante do ERNA, à frente do emprego doméstico e da construção civil. No Brasil, a administração pública empregava diretamente 239 mil pessoas (66% dos quais na administração pública municipal) e outros 393 mil pessoas em estabelecimentos de ensino público, indicando uma faceta fundamental da “urbanização do meio rural”¹³ que é o acesso aos serviços públicos.

Vale destacar também que agregando os ocupados nos diversos ramos de prestação de serviços obtém-se mais da metade das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e residentes em áreas rurais no país em 1999. E a grande maioria das pessoas ocupadas no ERNA brasileiro diz respeito aos serviços domésticos, ao pequeno comércio de alimentos (bares, mercearias e quitandas), e ao comércio ambulante, atividade ainda típica do interior rural do Nordeste brasileiro. Isso significa que a maioria da população rural não-agrícola está concentrada em ocupações mal remuneradas e que exigem baixo nível de qualificação e de escolaridade, mesmo nas regiões de agricultura mais desenvolvida do país. Mais ainda: boa parte do ERNA é constituída de empregos domésticos que não passam

¹³ Também Weller (1997) destacou a importância dos serviços públicos na geração de ERNA nos países centro americanos a ponto de manifestar a sua preocupação com a continuidade do seu crescimento em razão dos cortes de gastos públicos que os recentes ajustes macroeconômicos vem impondo. Na verdade é um item tão importante que nos EUA esse tem sido um dos critérios auxiliares utilizados para definir se uma determinada área é rural ou urbana (USDA, 1997).

de rendas derivadas de famílias de alto padrão e cuja manutenção depende do elevado grau de concentração da renda vigente no país, que é atualmente um dos maiores do mundo.

3. A ocupação nas famílias rurais

Na seção anterior utilizamos todas as pessoas integrantes da PEA como unidade de análise uma vez que estávamos interessados em caracterizar o ORNA. Mas também é relevante analisar as ocupações agrícolas e não-agrícolas entre os membros da família rural, uma vez que é essa combinação que irá determinar a renda *per capita* delas. Assim, nesta seção e na próxima, nossa unidade de análise serão as famílias rurais extensas que inclui, além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio. Procuramos construir, assim, uma unidade de consumo e renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não-monetários¹⁴.

A tipologia utilizada nesta seção classifica as famílias extensas por local do domicílio (urbano ou rural) e posição na ocupação (empregadores, conta-própria, empregados e não-ocupados)¹⁵. As famílias com pelo menos uma pessoa ocupada foram classificadas em **agrícolas, não-agrícolas ou pluriativas** de acordo com a atividade exercida pelos seus membros na semana de referência. Foram consideradas famílias **agrícolas** quando todos os membros exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal. No caso oposto, foram consideradas **não-agrícolas**. Foram consideradas famílias **pluriativas** aquelas onde pelo menos um membro exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não-agrícola; ou ainda quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência. As famílias onde um ou

¹⁴ Foram excluídos dessa unidade de análise os empregados domésticos, parentes de empregado domésticos e pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio. A família extensa portanto é constituída pelas “pessoas de referência”, “cônjuges”, “filhos”, “outros parentes” e “agregados”.

¹⁵ Se um dos membros da família declarou ser empregador, a família foi classificada como tal independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Assim procedemos por entender que a posição de empregador de um de seus membros constitui uma boa *proxi* da posição social da família. Na falta de um empregador, a família foi classificada como de conta-própria se um dos membros ativos declarou-se como tal, independente da posição na ocupação dos demais membros. Em caso de não haver **nem um** empregador **e nem um** conta-própria, a família foi classificada como de “outros trabalhadores ocupados”, se pelo menos um dos seus membros declarou exercer uma atividade agrícola ou não-agrícola na semana de referência. No caso de nenhum dos membros da família ter-se declarado ocupado naquela semana, a família foi considerada como de trabalhadores “não-ocupados”.

mais membros declarou exercer atividades não-agrícolas tanto na atividade principal como na secundária, foram consideradas famílias não-agrícolas¹⁶.

A tabela 3 mostra que das 42,9 milhões de famílias extensas existentes no total das regiões, apenas cerca de 8 milhões (ou seja, aproximadamente 19%) residiam em áreas consideradas rurais¹⁷. A região Nordeste possuía quase metade das famílias rurais brasileiras; o Sul e o Sudeste cerca de 20% cada; e o Centro-Oeste e o estado de São Paulo, menos de 10% cada um em 1999.

O contingente mais numeroso dos residentes em áreas rurais é o de famílias de conta-própria que somavam quase 3,8 milhões, o que representava quase metade das famílias rurais do país. A região Nordeste concentrava mais da metade, ou seja, mais de 2 milhões de famílias de conta própria; e a região Sul quase 20%. A maioria das famílias de conta própria são agrícolas (54% ou 2 milhões) e têm uma distribuição pelas diferentes regiões do país similar à apresentada anteriormente. Mas existiam também 1,1 milhão de famílias rurais de conta-própria que eram pluriativas, sendo que quase 2/3 delas residiam na região Nordeste; e outras 595 mil cujos membros exerciam exclusivamente atividades não-agrícolas, metade das quais também residente nas áreas rurais do Nordeste.

Analisando-se a evolução do número de famílias rurais de conta própria entre 1992 e 99 verifica-se que apenas aquelas que se dedicam exclusivamente às atividades não-agrícolas apresentaram crescimento significativo nos anos noventa, tanto para o agregado do país, como para todas as regiões consideradas. As famílias de conta própria agrícolas apresentaram uma significativa redução do seu número nas regiões Sul e Sudeste, inclusive no estado de São Paulo, mantiveram-se sem tendência no Nordeste, e apresentaram um pequeno acréscimo na região Centro-Oeste.

¹⁶ Isso significa que estamos considerando que a pluriatividade tem por referência somente a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas e/ou atividades agrícolas na ocupação principal e na ocupação secundária de pelo menos um de seus membros. O caso de famílias pluriativas onde os membros combinam atividades agrícolas na ocupação principal e na secundária – que poderia ser considerada a pluriatividade tradicional das famílias rurais brasileiras – mostrou-se pouco expressivo, não sendo por isso apresentada de forma separada da pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas.

¹⁷ Sendo que quase 7 milhões delas residiam em áreas consideradas exclusivamente rurais, que são aquelas onde não há aglomerados de população como vilas e bairros rurais.

Tabela 3 - Evolução do número de famílias extensas: Brasil, 1992/99

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1.992 (1.000 famílias)	1.995 (1.000 famílias)	1.999 (1.000 famílias)	taxa 1992/99 %a	taxa 1995/99 %a
TOTAL	35.902	38.871	42.851	2,6***	2,5***
URBANO	28.666	31.425	34.871	2,8***	2,7***
RURAL	7.236	7.446	7.980	1,5***	1,9***
Empregador total	351	328	325	-1,0	0,6
Agrícola	176	146	144	-2,1	-0,8
Pluriativo	136	131	101	-5,3***	-4,7
Não-agrícola	39	51	80	12,0***	13,8***
Conta Própria	3.618	3.717	3.762	0,5	0,6
Agrícola	2.096	2.071	2.016	-0,6	-1,3
Pluriativo	1.119	1.154	1.152	0,0	1,6
Não-agrícola	403	492	595	6,0***	5,7***
Empregados	2.675	2.730	3.087	2,0***	3,3***
Agrícola	1.558	1.470	1.450	-0,9*	-1,1
Pluriativo	343	342	410	1,0	6,5**
Não-agrícola	774	918	1.227	6,8***	8,1***
Não Ocupados	592	670	805	5,8***	4,0*

Fonte: Tabulações especiais para o Projeto Rurbano, junho 2001

Depois dos conta-própria, o contingente mais numeroso no meio rural brasileiro é o das famílias de empregados, que contavam 3,1 milhões em 1999. Somando-se as famílias de empregados pluriativas (522 mil) com as de não-agrícolas residentes no meio rural (1,2 milhão), obtemos um número que é superior ao das famílias de empregados residentes no meio rural que se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas. Ou seja, em 1999, para o Brasil (exceto a região Norte), o número de famílias de empregados residentes na zona rural que tem pelo menos um de seus membros ocupado em atividades não-agrícolas já era superior ao número de famílias que se dedicavam exclusivamente as atividades agrícolas¹⁸.

A distribuição regional dessas famílias rurais de empregados indica um peso relativamente maior das regiões agrícolas mais desenvolvidas, como por exemplo, o Sudeste que possui mais de um terço (incluindo São Paulo que sozinho tem mais de 10%), embora o Nordeste continue a abrigar também o maior contingente (cerca de 40%) desses trabalhadores sem acesso à terra.

¹⁸ Merece destaque também a situação inversa: em 1999 existiam quase 700 mil famílias de trabalhadores residindo em zonas urbanas, cujos membros se ocupavam exclusivamente de atividades agrícolas; e outras 513 mil famílias pluriativas, o que dá um total de quase 1,2 milhão de famílias de trabalhadores residindo em áreas urbanas que têm ao menos um de seus membros ocupados em atividades agrícolas.

A análise das tendências no período 1992/99 mostra um crescimento significativo das famílias dos empregados residentes em áreas rurais, especialmente daquelas famílias de empregados não-agrícolas, as quais apresentaram fortes aumentos em todas as regiões, compensando a queda nas famílias assalariadas exclusivamente agrícolas. Nota-se também um explosivo crescimento do número de famílias de trabalhadores não-ocupados em todas as regiões consideradas, ou seja, de famílias onde todas as pessoas com mais de 10 anos não estavam ocupadas na semana de referência – que passaram de 592 mil para 805 mil famílias entre 1992 e 1999, um crescimento de 213 mil famílias em sete anos¹⁹.

Mas o que é mais preocupante são as tendências desses grupos. Como vimos, as principais categorias que compõem o que poderíamos chamar de “agricultura familiar” mostram uma tendência à estagnação (como é o caso das famílias de conta-própria agrícolas e/ou pluriativas). De outro lado, o conjunto das “famílias sem terra” representados pelos empregados rurais e especialmente as de trabalhadores rurais desempregados – e que constituem o sub-grupo mais precário dentre os “sem terra”, pois também são “sem emprego” - mostram uma tendência de crescer rapidamente, tendência essa que se acentua nos últimos anos de 1995/99, com a política recessiva adotada pelo Plano Real na tentativa de alcançar uma estabilização monetária.

4. A renda das famílias rurais

Com base nos dados da PNAD de 1990, Graziano da Silva (1996) mostrou que, para um mesmo ramo de atividade, a renda média das pessoas com domicílio urbano era sempre maior que a renda média das pessoas com domicílio rural. Entre as pessoas que trabalhavam em atividades agropecuárias, as que moravam na cidade ganhavam em média quase três vezes mais que as que moravam no campo; e a renda média das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas que moravam no campo estava mais próxima da renda das pessoas com residência urbana

¹⁹ O detalhamento dessas famílias sem pessoas ocupadas mostra que a grande maioria delas (78%) era formada por aposentados e/ou pensionistas: eram 608 mil famílias rurais em 1997. Entre elas havia 32 mil famílias que abrigavam também pessoas procurando emprego, famílias essas cujo número vem crescendo a mais de 10 % ao ano na década. Isso indica que as transferências sociais na forma de aposentadorias e pensões estão se constituindo numa forma cada vez mais importante de “seguro desemprego” para as famílias de trabalhadores sem terra residentes no meio rural.

ocupadas no mesmo ramo de atividades do que a renda das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. Ou seja, eram as rendas agrícolas que efetivamente puxavam para baixo a renda média das pessoas residentes no meio rural brasileiro.

Outra constatação do autor foi que as rendas não-agrícolas eram substancialmente maiores que as agrícolas para as pessoas residentes no meio rural. Em 1990, a renda média das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias só era superior à renda média dos ocupados em serviços pessoais na região Centro Oeste²⁰; para o restante do país e para todos os demais ramos de atividades, as pessoas residentes no meio rural e ocupadas em ramos de atividades não-agrícolas tinham uma renda média maior do que a dos que trabalhavam em atividades agropecuárias.

Os dados apresentados na tabela 4 confirmam essas diferenças em 1999: as famílias agrícolas têm sempre uma renda média *per capita* inferior à das pluriativas para uma determinada posição na ocupação (empregador, conta-própria ou empregado). Note-se também que as famílias rurais não-agrícolas - tanto de conta própria, como as de empregados - têm uma renda *per capita* que é quase o dobro das famílias agrícolas e muito superior também à das pluriativas. Isso se explica pela heterogeneidade do ERNA, como mostramos anteriormente, uma vez que sob a classificação de conta-própria ou empregados não-agrícolas podem estar tanto a empregada doméstico como técnicos altamente especializados.

Dados adicionais, que por razões de espaço deixamos de apresentar neste trabalho, confirmam que as rendas mensais *per capita* decrescem no sentido do urbano para o rural; e deste para as áreas exclusivamente rurais onde predominam as atividades agropecuárias, tanto para as famílias agrícolas, como para as pluriativas. Da mesma maneira, as rendas rurais *per capita* são maiores em São Paulo e na região Centro Oeste e Sul, decrescendo nas regiões Nordeste e Sudeste (Graziano e Del Grossi, 2000).

A composição da renda das famílias rurais também apresentada na tabela 4 mostra a grande dependência das famílias de conta própria agrícolas das

²⁰ Saliente-se, entretanto, que entre as pessoas ocupadas nas atividades agrícolas estão compreendidos os proprietários rurais, os conta própria e até os empregados temporários sem carteira assinada que possuem rendas muito mais baixas, enquanto que entre os ocupados no ramo da prestação de serviço, a ampla maioria é de empregados, como já vimos anteriormente.

Tabela 4: composição da renda familiar e renda *per capita* segundo a situação do domicílio e tipo de família. Brasil, 1999. (valores em R\$ Set/99)

AREA CENSITÁRIA/ SETOR PRINCIPAL	AGRÍCOLA %	NÃO-AGRIC %	APOS/PENS %	OUTRAS %	Renda <i>per capita</i>		Taxa 95/99 % ^a a
					R\$	relativo	
TOTAL	5,8	72,7	16,6	5,0	254,91	233	-0,5
URBANO	2,7	75,7	16,5	5,1	291,92	267	-0,9
RURAL	38,5	41,4	16,9	3,3	109,41	100	1,5 **
Empregadora	44,5	45,7	6,2	3,6	384,48	351	3,1 **
Agrícola	88,6	0,0	9,0	2,4	310,32	284	2,2
Pluriativo	56,8	34,5	7,1	1,6	324,02	296	-1,9
Não-agrícola	0,0	90,7	3,3	6,0	575,76	526	6,4 ***
Conta Própria	46,5	33,4	17,3	2,9	95,86	88	0,3
Agrícola	71,2	0,0	25,7	3,1	80,51	74	0,1
Pluriativo	50,8	34,0	12,8	2,4	89,86	82	-1,5 *
Não-agrícola	0,0	87,3	9,4	3,2	160,48	147	0,9
Empregados	32,2	55,0	10,4	2,4	101,73	93	2,2 ***
Agrícola	87,4	0,0	10,5	2,1	67,87	62	2,0
Pluriativo	49,1	39,6	8,7	2,5	86,28	79	-0,7
Não-agrícola	0,0	86,6	10,8	2,6	144,91	132	0,4
Não Ocupados	0,0	0,0	87,7	12,3	91,26	83	4,4

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Maio/2001.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

transferências de renda na forma de aposentadorias e pensões. Resultados adicionais mostram que nas famílias de conta própria agrícolas com áreas menores que 10 hectares, o peso das aposentadorias e pensões chega a representar entre um quarto e um terço da renda familiar; já entre as pluriativas, essa proporção é bem menor, situando-se na faixa dos 10 a 15% entre as famílias que possuem menores áreas. Isso significa que as transferências da Previdência Pública desempenham um papel importante na reprodução dos pequenos agricultores familiares e sugere que uma previdência social combinada com a extensão dos serviços públicos para as áreas rurais seriam políticas importantes para conter o êxodo rural, ao mesmo tempo em que poderiam funcionar como uma renda mínima para suporte da agricultura familiar de subsistência nas regiões menos desenvolvidas do país, como o Nordeste.

Evidentemente, há muitas razões que justificam as diferenças anteriormente apresentadas, inclusive uma provável maior subestimação das rendas agrícolas dos empregadores e conta-própria vis-à-vis os rendimentos provenientes do trabalho

assalariado dos empregados não-agrícolas²¹. Nossa intenção é apenas chamar a atenção para o fato de que as rendas das atividades agropecuárias – particularmente das famílias rurais - estão entre as menores que se pagam até hoje no país. E que, portanto, a possibilidade de encontrar ocupações não-agrícolas é fundamental para se elevar - e porque não dizer, também, estabilizar - as rendas das famílias residentes no meio rural.

Finalmente, é preciso dizer que é praticamente impossível analisar a evolução das rendas familiares na primeira metade da década de 90, dadas as dificuldades de se obter estimativas comparáveis em função das elevadas taxas de inflação vigentes e das distorções introduzidas pelos dois planos de estabilização econômica - O Plano Collor e o Plano Real - aplicados no período²².

Mas as taxas de crescimento calculadas para o sub-período inteiramente sob vigência do Plano Real, mostram que a renda média mensal de todas as famílias brasileiras apresentou uma pequena mas significativa tendência de queda entre 1995 e 1999. Mas quando se considera os diferentes tipos de famílias rurais, tanto as famílias de empregadores, conta-própria assim como as de empregados, apresentam uma estabilidade na renda familiar

Também a renda média *per capita* mensal permaneceu praticamente constante no mesmo período para os diferentes tipos de famílias rurais, sejam elas empregadoras, de conta própria ou empregados quando se consideram elas agrícolas ou não-agrícolas; estranhamente há uma queda da renda das famílias pluriativas. Esta estabilidade da renda per capita ao longo da década pode ser explicado pela redução do número de membros das famílias rurais nos anos 90, o que está fazendo com que as famílias antes extensas, tendam a se aproximar de famílias nucleares com poucos filhos, tal como já ocorre no meio urbano. Mas nas famílias conta própria agrícolas e pluriativas o fator mais importante que estabilizou

²¹ Isso se deve tanto às dificuldades inerente à uma estimativa da renda agrícola em função de sua forte variação sazonal e do peso do autoconsumo, como também da forma como é formulada a questão na PNAD. A melhoria da qualidade da informação da renda agrícola é fundamental para que se possa avançar em recomendações de políticas de manutenção da renda das famílias rurais.

²² Tanto o Plano Collor, como o Plano Real, referem-se a um conjunto de medidas destinadas a promover a estabilização monetária (que incluíam entre outras a troca de moeda e a fixação de novas taxas de câmbio) com o objetivo de reduzir drasticamente os elevados níveis de inflação vigentes. O ano de 1992 é considerado o “fundo do poço” das rendas declaradas nas PNADs, refletindo a aguda recessão por que passava o país com o fracasso do Plano Collor em 1991; e não há um deflator que capte adequadamente os efeitos da introdução do Plano Real em 1994, comprometendo assim o cálculo das variações reais de renda nos períodos que incluem esse ano.

a renda per capita foi o crescimento das rendas de aposentadorias, compensando a significativa queda nas rendas agrícolas da agricultura familiar, em particular como mostra a tabela 5.

Em nossa opinião como bem demonstra Monteiro (1998), essa queda da renda agrícola é reflexo da tendência das principais *commodities* agrícolas produzidas pelo Brasil nos últimos 30 anos. E essa queda de preços foi acelerada no início dos anos 90 com a política de abertura indiscriminada das importações de produtos agrícolas subsidiados nos países desenvolvidos com o objetivo de controlar a inflação; e depois com as políticas de altas taxas de juros internas e sobrevalorização cambial introduzidas pelo Plano Real a partir de 1994.

Tabela 5: composição e evolução da renda familiar das famílias de Conta Própria Rurais.

Brasil, 1995-99 (valores de Set/99)

TIPO DE FAMÍLIA Atividade	Agricultora		Não-Agricultora		Aposentadorias		Outras Rendas		Renda Familiar	
	1999	1995/99	1999	1995/99	1999	1995/99	1999	1995/99	1999	1995/99
	(R\$)	% ^a	(R\$)	% ^a	(R\$)	% ^a	(R\$)	% ^a	(R\$)	% ^a
Conta Própria	194,77	-5,4***	139,85	2,9*	72,41	5,4**	12,27	4,6	419,30	-1,0
Agricultora	228,56	-4,2**	0,00		82,49	6,7***	10,10	4,6	321,16	-1,6
Pluriativo	240,49	-5,3**	160,97	0,4	60,48	4,9*	11,41	2,3	473,35	-2,2*
Não-agricola	0,00		563,08	-1,0	60,87	2,3	20,95	5,6	644,91	-0,6

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Maio/2001.

***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Considerações Finais

Podemos concluir que já não se pode mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelas atividades agropecuárias. Assim por exemplo, o comportamento do emprego rural e principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de "novas" atividades agrícolas e não-agrícolas - tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e mesmo atividades indústrias - que respondem cada vez mais por outras dinâmicas populacionais no meio rural brasileiro.

O termo "novas" foi colocado entre aspas porque muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no país, mas não tinham até recentemente importância econômica. Eram atividades de fundo de quintais, *hobbies* pessoais e pequenos

negócios familiares intensivos, alguns agropecuários (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.) outros não (fabricação de conservas, pesque-pagues, etc), que acabaram se transformando em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Muitas destas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agro-industriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens.

Tal valorização também ocorre com as atividades rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente, além de um outro conjunto de busca de “nichos de mercado” muito específicos para sua inserção econômica.

A explicação mais teórica para essas mudanças é o que denominamos de processo de "*mercantilização do tempo livre*" das famílias rurais, ou seja, do tempo em que os membros da família camponesa não estavam ocupados nas atividades agrícolas e que eram dedicados às atividades não-agrícolas (fabricação de doces, conservas, móveis e utensílios doméstico) e ao lazer (caça e pesca, artesanato, cultivo de flores, criação de animais exóticos, etc.). A diferença é que esses bens e serviços que eram autoconsumidos ou se constituíam parte dos bens de uso próprio da família, são agora produzidos para a venda como uma outra mercadoria qualquer.

Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Esse processo é acelerado pela queda da renda agrícola decorrente da tendência de longo prazo (pós década de 70) de queda dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Os dados apresentados sugerem uma redução das rendas agrícolas e uma crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre as famílias rurais por conta-própria. Em poucas palavras podemos dizer que as famílias rurais estão se transformando de famílias agrícolas em pluriativas e em famílias não-agrícolas.

Outra constatação importante a que chegamos, do ponto de vista das políticas públicas, é a importância que assumem as transferências de renda na forma de aposentadorias e pensões para os agricultores familiares. Uma das implicações disso é a necessidade de termos uma política previdenciária ativa que pudesse, por exemplo, contribuir para enfrentar o problema da pobreza de regiões desfavorecidas, como é o caso de extensas áreas rurais do Nordeste brasileiro, por exemplo. Outra implicação é que os programas de apoio a agricultura familiar não podem continuar ignorando que uma parte cada vez mais importante da renda dos seus beneficiários potenciais provém de atividades não-agrícolas e de transferências previdenciárias do poder público. O critério de exigir que a maior parte da renda se origine de atividades agrícolas, como acontece no Brasil, só beneficia as famílias agrícolas com maiores áreas que acabam nele se enquadrando. As famílias agrícola de menores áreas e as pluriativas acabam sendo em sua maioria excluídas dos programas de apoio à agricultura familiar.

Finalmente vale destacar que o crescimento dos desempregados e aposentados residentes no campo é um dos mais importantes indicadores de que o meio rural brasileiro já se converteu também num lugar de residência, e não apenas num local de trabalho; e que as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupadas em atividades agrícolas. Essa dissociação crescente entre local de residência e local de trabalho, que há muito já ocorreu nas cidades, é mais um indicador da urbanização dos campos brasileiros e uma esperança de que num futuro próximo os trabalhadores rurais não precisem imigrar para as áreas urbanas se quiserem ser cidadãos brasileiros.

Um alerta: o fato de estar crescendo o emprego rural não-agrícola não significa em si mesmo uma melhora nas condições de trabalho e renda das populações rurais brasileiras. Como vimos, a maior parte desse emprego é constituída de atividades de prestação de serviços pessoais - a maioria, doméstico- e outras atividades que exigem baixos níveis de qualificação e pagam baixos salários. Esse tipo de ERNA não deve ser associado a padrões de crescimentos dinâmicos e auto-sustentado das novas atividades rurais e muito menos das "novas" atividades agropecuárias a que já nos referimos anteriormente. São, antes de qualquer coisa, serviços derivados de um alto nível de concentração da renda pessoal e familiar vigente no Brasil e da falta de políticas públicas que tratem o rural não mais como um espaço exclusivamente agrícola.

Queremos enfatizar com isso que o mundo rural brasileiro precisa ser visto pelos formuladores de políticas públicas também como uma oportunidade de gerar novas formas de ocupação e de renda não-agrícolas para segmentos da população que aí vivem e que, em geral, não tem a qualificação necessária para se inserirem nos setores mais dinâmicos da nossa economia. Para isso é necessário criar um novo conjunto de *políticas não-agrícolas* para impulsionar o desenvolvimento rural, que hoje não pode mais ser logrado exclusivamente pela via da modernização agrícola, se é que algum dia pôde. Trata-se, em última instância, de urbanizar o mundo rural ou seja, de criar condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem necessidade de migrar para as cidades, estendendo ao morador da zona rural o acesso aos bens e serviços que espera encontrar nos centros urbanos.

Bibliografia utilizada

ANDERSON, D. and M. LEISERSON. Rural Nonfarm Employment in Developing Countries. *Economic Development and Cultural Change*, Chicago. 28(2): 227-248 (jan). 1980.

BERDEGUÉ, J. ; T. REARDON e G.ESCOBAR. Rural Nonagricultural Employment and income in Latin American and the Caribbean. Conference : Development of the rural economy and Poverty Reduction in Latin America and the Caribbean, New Orleans,LA., Sustainable Development Department IADB, March, 2000

DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-95*. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 1999. 221 p. (PhD Thesis).

_____; _____. *Ocupação nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992/97*. In: Campanhola, C. e J. Graziano da Silva, eds. *O Novo Rural Brasileiro: uma análise regional*. Jaguariuna, Embrapa-Meio Ambiente /IE-Unicamp, 2000. pp.67-79

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro, 1992/1997.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. *Força de trabalho na agricultura paulista*. São Paulo, 1996. (Coleção Análises & Ensaios, v. 3).

_____. Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo, n.45, Set/88

GRAZIANO DA SILVA, J. ***O novo rural brasileiro***. 2ªed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1ª edição 1999)

- _____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2ª edição Campinas, UNICAMP., IE, 1996. 217p.(1ªed 1996)
- _____; DEL GROSSI, M. E. Rural nonfarm employment and incomes in Brazil: patterns and evolution. **Word Development**, Great Britain. 29 (3): 443-453. 2001.
- _____; _____. A mudança do conceito de trabalho nas novas PNADs. *Economia e Sociedade*, Instituto de Economia, Campinas, n. 8, p. 247-61, jun. 1997.
- HILL, B. Farm Household Incomes: Perceptions and Statistics. *Journal of Rural Studies*, Great Britain. 15(3): 345-358, 1999.
- HOFFMANN, R. Quatro tipos de testes de hipóteses com os dados das PNADs, In: Campanhola & Graziano da Silva, eds., 2000., pp.137-155.
- IBGE. Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios - PNAD. 1992 a 1999.
- KAGEYAMA, A e SILVEIRA, J.M. Agricultura e questão regional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. 35(2): 9-33, 1997.
- KLEIN, E. *El empleo rural no agrícola en America Latina*. Santiago: PREALC/OIT, 1992. 22p. (Documento #364).
- LAURENTI, A C. e M. DEL GROSSI. A Evolução das Pessoas Ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: Campanhola & Graziano da Silva, eds., 2000., pp.15-66.
- MONTEIRO, M. J. C. (1998). Trinta anos de queda. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, 18(2):26-31
- PEREIRA DE MELO, H. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criados a trabalhadores. In: Cinco estudos de casos sobre serviços no Brasil. Rio de Janeiro, MICT, 1998, p. 120-143.
- SARACENO, E. *Urban-rural linkages, internal diversification and external integration; a European experience*. Taxco, México, abril 1997.(Presented at Seminário Internacional: Interrelación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado, FAO/ONU).
- SCHNEIDER, S. e NAVARRO, Z.(2000). Emprego Agrícola e novas formas de ocupação no Rio Grande do Sul. In: Campanhola, C. e J. Graziano da Silva, Eds.. O Novo Rural Brasileiro: um análise Estadual Sul, Sudeste e Centro Oeste. Jaguariúna, Embrapa Meio ambiente, pp.15-48.
- SOUZA, P.R.C. A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1980. 190 p. (Tese de doutoramento).
- USDA. Economic Research Service Rural areas show signs of revitalization. *Rural Condition and Trends*, Washington, v. 7, n. 3, p. 4-7, Feb. 1997.
- WELLER, Jürgem. El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano. *Revista de la Cepal*, n. 62, p. 75-90, ago. 1997.